

LEI Nº 735/2023

De 13 de abril de 2023

Dispõe sobre adequação e substituição da nomenclatura da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BOM JESUS**, Estado da Paraíba, DENISE BANDEIRA DE MELO BARBOSA PEREIRA, faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jesus, Estado da Paraíba aprova e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º. Depois de criada e incluída na estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus - PB, através da lei Nº 655/2021 a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, que passa a ter uma nova nomenclatura. Mantendo todos os objetivos básicos de apoio e monitoramento das políticas públicas da mulher, propondo e executando medidas e atividades que visem a garantia dos seus direitos, conforme disposto na Lei Federal 11.340/2006 e no Decreto Federal 7.043/2009.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres passa a ter a seguinte denominação: **Secretaria Municipal das Mulheres e Diversidade Humana - SMMDH.**

A Secretaria Municipal das Mulheres e Diversidade Humana compor-se-á na forma seguinte:

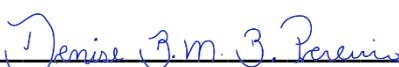
- a) Diretoria de Projetos;
- b) Diretoria da Diversidade Humana;

Art. 3º. Compete à Secretaria Municipal das Mulheres e Diversidade Humana:

- I. Contribuir, coordenar e cumprir a formulação do Plano de Ação do Governo Municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à Secretaria de acordo com as diretrizes do governo;
- II. Garantir a prestação de serviços Municipais de acordo com as diretrizes de governo;
- III. Estabelecer diretrizes para a atuação da Secretaria;
- IV. Promover a integração com órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, objetivando o cumprimento de atividades setoriais;
- V. Articular políticas transversais de gênero dos Governos no espaço municipal, estadual e federal que efetivem os direitos humanos das mulheres, visando à superação das desigualdades;
- VI. Promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e o público LGBTQIAPn+ e de combate à discriminação;
- VII. Executar programas e projetos de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que visem à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra mulheres e o público LGBTQIAPn+;
- VIII. Acompanhar e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços públicos prestados pela secretaria;
- IX. Propor, desenvolver e apoiar programas, campanhas educativas e projetos de valorização da mulher e da adversidade nas diferentes áreas de sua atuação, incentivando sua participação social e política, econômico e cultural;
- X. Articular e fomentar estudos, pesquisas e ações em gênero, visando ações de cumprimento das legislações que asseguram os direitos das mulheres e os LGBTQIAPn+;
- XI. Participar, supervisionar e avaliar, juntamente com os órgãos envolvidos, as atividades necessárias ao desenvolvimento de estudos, programas e projetos relativos a políticas públicas para mulheres e a população LGBTQIAPn+;
- XII. Estimular as diferentes áreas de governo a pensar em como o impacto de suas políticas e ações se dá, de forma diferenciada, sobre a vida das mulheres e dos homens;
- XIII. Promover a implementação das ações afirmativas e definições das ações públicas que visem às políticas para mulheres e da população LGBTQIAPn+ em todas as etapas de sua vida;

- XIV. Promover a luta pela garantia de acesso à educação própria e extensão da rede de creches e pré-escola para seus filhos;
- XV. Elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à questão da mulher e da diversidade LGBTQIAPn+ no âmbito do Município, dentro da proposta orçamentária da secretaria;
- XVI. Estabelecer objetivos para o conjunto de atividades da Secretaria, vinculados a prazos e políticas para sua consecução;
- XVII. Elaborar e executar, em conjunto com outras Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, políticas públicas nas áreas que interferem diretamente na situação da mulher e da diversidade LGBTQIAPn+ na sociedade;
- XVIII. Promover a igualdade entre mulheres e homens e o público LGBTQIAPn+;
- XIX. Promover as políticas de atenção à mulher, a eliminação das discriminações e a inserção da mulher no âmbito social, político, econômico e cultural.
- XX. Estabelecer políticas de valorização das mulheres, mediante campanhas e programas de formação e serviços de apoio à mulher e o público LGBTQIAPn+;
- XXI. Planejar e executar a organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres e o público LGBTQIAPn+;
- XXII. Promover a inclusão das organizações de mulheres e pessoas LGBTQIAPn+; nas articulações institucionais;
- XXIII. Propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da Administração Direta e Indireta, se destinem ao atendimento à Mulher e pessoas LGBTQIAPn+; sugerindo medidas de aperfeiçoamento e colhendo dados para fins estatísticos;
- XXIV. Formular e implementar políticas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das diversidades;
- XXV. Promover a articulação de redes de entidades parceiras objetivando o aprimoramento das ações de atenção;
- XXVI. Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia nas políticas públicas direcionadas às mulheres e o público LGBTQIAPn+;
- XXVII. Realizar outras atividades correlatas.
- Alt. 4º.** A Secretaria Municipal das Mulheres e Diversidade Humana será dirigida por um(a) Secretário(a), com o auxílio de dois diretores(as) de departamento e dois (duas) assessores(as) técnicos(as).
- Alt. 5º.** Para os efeitos do disposto neste artigo, serão utilizados cargos já existentes na estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo Municipal.
- Art. 6º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar o funcionamento da Secretaria Municipal das Mulheres e Diversidade Humana por meio da edição de atos normativos que disporão sobre o detalhamento de suas competências, com vistas ao cumprimento de suas finalidades, nos termos desta Lei.
- Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessárias.
- Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da prefeita Municipal de Bom Jesus, Estado da Paraíba, em 13 de abril de 2023.



Denise Bandeira de Melo Barbosa Pereira
Prefeita Constitucional